



Conseqüências das mudanças climáticas para a agricultura familiar no norte de MT

Por Nilfo Wandscheer

História

A colonização da região norte do estado de Mato Grosso (MT) foi incentivada pelo regime militar das décadas de 1960 e 1970 que pretendia ocupar os "vazios demográficos" do país. Nas fotos dos pioneiros é possível ver as faixas contendo os dizeres "Pátria, Família e Propriedade", frase de apoio à ditadura. Apesar de considerada vazia a região era ocupada por diversas populações indígenas. Muitas dizimadas durante a construção da BR 163, rodovia federal que liga Cuiabá em MT a Santarém no Pará (PA). Lucas do Rio Verde é uma cidade que se desenvolveu as margens desta rodovia e muito rapidamente, pois até o final dos anos 90 a cidade não era servida de rede de energia elétrica, possuindo apenas motores geradores a óleo diesel para o abastecimento da cidade. A divulgação dos prodígios econômicos das monoculturas trouxe pessoas de outras regiões do país para a cidade. Mas não havia mais "terras sem dono". A opção dos migrantes (paulistas, paraenses, maranhenses e matogrossenses) foi trabalhar nas fazendas.

Ao norte do Estado a colonização se deu por garimpeiros, em busca do ouro. Após a proibição dos garimpos, estes cidadãos ocuparam as terras e após o desmate começaram a criar gado de corte de maneira extensiva. O Norte de Mato Grosso tem sido o foco de investimentos do agronegócio. O município de Lucas do Rio Verde é considerado o primeiro município a colher soja no país e maior produtor de milho safrinha do Brasil. A vegetação nativa contém cerrado e floresta amazônica. Cerrado nas áreas altas e floresta nas matas ciliares e áreas baixas. Apesar disso o município não consta no IBGE como pertencente ao bioma amazônia, apenas ao cerrado.

A região precisa avançar agora no tratamento do lixo, saneamento, nas políticas públicas de cultura, no transporte público e na recuperação das áreas de reserva legal. No Cerrado, a legislação ambiental exige 35% de preservação da vegetação nativa. E na Amazônia a exigência de preservação é de 80%.

A Instituição

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde é uma associação de agricultores que busca melhoria da qualidade de vida para o trabalhador e trabalhadora rural e para as agricultoras e agricultores familiares. O Sindicato executou o projeto Proteger - Consórcio

Estradas Verdes no norte do estado de MT com apoio financeiro da USAID, que envolveu ações de mobilização e capacitação para a prevenção de incêndios florestais e implantação de alternativas econômicas sustentáveis promovendo a inclusão de mulheres e jovens no protagonismo dessas ações.

Além disso, implementou ações de fortalecimento da rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) no norte de MT com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na perspectiva de fortalecer as organizações e movimentos sociais da região.

O STR apresenta um grande protagonismo político no eixo da BR 163 em Mato Grosso, participando ativamente da discussão do plano da BR 163 Sustentável e da Campanha 'Y Ikatu Xingu, para proteção e recuperação de nascentes e matas ciliares na Bacia do Xingu.

Por isso coordena uma Rede de projetos socioambientais, com finalidade demonstrativa para apresentar alternativas ao desmatamento e as queimadas nesta região, financiado pela GTZ através do KFW em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

O STR faz parte do consórcio Governança Florestal nas Cabeceiras do Xingu financiado pela Comunidade Européia. Assim, continua mobilizando e capacitando agricultores e agricultoras familiares em técnicas de prevenção de incêndios e estimulando a formação de grupos que gerem renda usando técnicas agroecológicas em seus sistemas de produção agrícola e de criação.

Agroecologia

As alternativas econômicas incluem a compreensão de técnicas da **agroecologia** como elemento transformador da produção e organização social. A agroecologia busca sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja uma nova forma de relacionamento com a natureza e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. Pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável. É a nova abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. Os produtores e produtoras familiares detêm conhecimentos inestimáveis sobre os recursos naturais e o meio ambiente e, quando integrados a processos de diálogo com o meio científico, têm potencializado sua capacidade criativa na inovação agroecológica.

Conflito

Diante da proximidade de dois modelos agrícolas baseados em lógicas diferentes os agricultores

familiares se encontram em desvantagem. O crédito para os pequenos agricultores é mais difícil e o investimento nas monoculturas ainda é o que pesa sobre o orçamento do ministério da agricultura. A agricultura extensiva é um risco para a agricultura familiar, pois a quantidade de agrotóxicos usada nas lavouras de soja e milho põe em risco a produção nos sítios. Além disso, muitos agricultores familiares querem produzir alimentos orgânicos, mas isso é impossível com aviões despejando venenos nas fazendas em volta dos assentamentos rurais. Muitas dessas fazendas estão com a situação fundiária irregular. Várias delas eram áreas públicas griladas.

O atual modelo de desenvolvimento é excludente, pois a mecanização da agricultura permite mais rapidez na colheita e plantio, mas reduz a quantidade de mão de obra empregada. E o alto uso de insumos externos mostra sua fragilidade econômica e é altamente impactante sob o ponto de vista ambiental.

Mudanças climáticas

O grande feito deste modelo de desenvolvimento econômico que estimula o desmatamento da floresta nativa são irregularidades no regime de distribuição de chuvas, altas temperaturas, ventos fortes e conseqüentemente alto risco de incêndios.

MT se destaca como um celeiro produtor de grãos exatamente pela regularidade pluviométrica. Com o desmatamento, o regime de chuvas foi alterado, já se percebe atraso no início do período chuvoso e chuvas muito intensas em janeiro e fevereiro, prejudicando a colheita da soja. Os agricultores familiares também tem seus cultivos afetados por estes fenômenos, apesar de não virarem manchete nacional, a produção de alimentos fica comprometida.

A influência da temperatura e distribuição das chuvas sobre o ciclo das culturas e da vegetação nativa trás conseqüências como safras menores e produtos de menor qualidade, que para o agricultor familiar ou o extrativista trazem grandes prejuízos financeiros e põe em risco a soberania alimentar.

Temperaturas mais altas e ventos fortes, típicos da estação seca, associados a grandes áreas sem vegetação são os fatores que contribuem com o risco de incêndios e é este o grande fenômeno sentido pelos agricultores familiares. Nos projetos apoiados pelo STR, são incentivados a restauração florestal com mudas ou sementes, a apicultura e criação de abelhas sem ferrão, além da produção de alimentos com alto valor biológico e tudo isso é dizimado pelo fogo.

Incêndios em MT

As queimadas no Norte são responsáveis por cerca de 2% da mudança do clima no planeta e representam em torno de 75% da contribuição para a alteração do tempo no Brasil.

Em setembro de 2007, incêndios destruíram grandes áreas de mata, áreas de restauração florestal e implantação de experiências agroecológicas em assentamentos da reforma agrária, no norte de MT. Isto aconteceu porque foi um ano em que a seca se prolongou e mesmo assim a Secretaria Estadual de Meio Ambiente manteve a data de 15 de setembro para liberação do período de queimadas. Ainda não havia chovido então, uma queimada que deveria ter sido controlada tornou-se facilmente um grande incêndio, causando enormes prejuízos.

Nos meses de junho a setembro de 2007, foram registrados 44.621 focos de calor em Mato Grosso, um aumento de 72% com relação ao mesmo período do ano anterior (25.938 focos). Esse valor ainda é inferior aos 56.784 focos registrados no mesmo período de 2005, ano da grande seca na Amazônia. Porém, considerando apenas o mês de setembro, o total de focos de calor em setembro de 2007 (26.781) superou o mês de setembro de 2005 (21.937), conforme o Boletim da Transparência Florestal publicado em setembro de 2007 pelo Imazon (Instituto do homem e do meio ambiente da Amazônia) e ICV (Instituto Centro e Vida).

A fumaça destes incêndios lançou na atmosfera uma grande quantidade de partículas que envolveram as gotículas de água das nuvens, impedindo que elas se juntassem e formassem uma gota com peso mínimo para precipitação. O resultado foi a redução da chuva. Isto aumentou consideravelmente a probabilidade de novos incêndios, pois o fogo de anos anteriores já havia matado muitas árvores, resultando na abertura de clareiras na mata, permitindo a entrada de luz e formação de grande massa seca pelas folhas e galhos caídos caracterizando uma floresta altamente inflamável.

Este fato se repete ano após ano e neste ano o STRLRV chamou a sociedade civil, os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização para a elaboração de um plano de prevenção para 2008. Tradicionalmente o STR realiza capacitações, estimula produção sem agressão ao meio ambiente, mas o fogo sempre destrói este trabalho, por isso chamamos o governo para participar do processo e realizar fiscalização efetiva.